

### **História da Educação Superior Brasileira Contemporânea: que teoria?**

Alexandre Antônio Gili Náder- Universidade Federal da Paraíba/ Centro de Educação/ Departamento de Habilitações Pedagógicas

A proposta inicial de meu trabalho de tese tinha o propósito de produzir uma história da educação superior brasileira, a partir de 1968 até os dias atuais, tendo como foco central de suas atenções o acompanhamento da dinâmica dos modelos para sua institucionalização, com destaque para a fragilização do regime universitário (cf NÁDER: 1999). No entanto, em função de resultados preliminares obtidos num levantamento bibliográfico sobre o tema e de minha gradativa integração aos estudos nas áreas de fundamentos e métodos (epistemologia, teoria e metodologia da História), associada ao processo de reflexão dela decorrente, aquelas primeiras intenções foram redirecionadas.

Com relação ao acervo de obras sobre o assunto, cabe destacar, de antemão, a dificuldade de proceder a uma varredura exaustiva, tendo em vista o vasto número de trabalhos já publicados anteriormente e, principalmente, o interesse que as ações mais imediatas dos dois últimos governos nacionais (1995-1998; 1999-2002) na área da educação superior, que têm como principal suporte normativo a nova LDB (Lei 9394/96), têm despertado nos estudiosos dos domínios conexos à questão.

Nesse sentido, a amostra da literatura identificada e consultada, de um modo geral, debruça-se sobre a temática, ao meu ver, de forma insuficiente e insatisfatória: o período mencionado, em sua abrangência plena, ao que tudo indica, ainda não foi objeto de estudos sistemáticos dos historiadores da educação, muito provavelmente pela sua proximidade temporal. Além disso, em muito poucos momentos, nas escritas apresentadas, é levada em consideração, na justa medida, de acordo com meu ponto de vista, a especificidade da educação superior- em suas relações com o conhecimento-, no âmbito da educação como um todo. Mais ainda, as obras, em sua quase totalidade, do ponto de vista da ciência histórica, omitem as bases de sustentação de suas reflexões bem como de escolha e análise dos dados empíricos enfocados e, adicionalmente, na construção de sua narrativa, recorrem, predominantemente, de forma quase exclusiva, a fontes configuradas a partir de documentos oficiais. Por esses motivos, apesar das intenções, acabam não conseguindo, na maioria dos casos, ir, efetivamente, além do patamar de uma história factual e empobrecida em suas virtualidades.

Penso que as dificuldades apontadas acima, detectadas exatamente a partir de meu maior domínio em fundamentos e métodos, são significativas e gostaria de discorrer sobre elas, mesmo que de modo breve, no sentido de remontar a trajetória percorrida.

Em primeiro lugar, considero que o menosprezo aos elementos distintivos da educação superior pode ter como decorrência um descaso com a dimensão epistemológica, o que não é condizente com o problema que se pretende enfrentar. Produzir uma história recente da educação superior brasileira, afinal de contas, é localizar espaço-temporalmente e focalizar um dos processos, com certeza dentre os mais importantes, de socialização- formal e, também, informal- e, sobretudo, de produção, em seu nível mais sofisticado, do conhecimento sistematizado em nosso país, conhecimento esse cuja compreensão contemporânea precisa ser explicitada em sua historicidade.

Além disso, principalmente tendo-se em mente a pretensão de elaborar um discurso que busque propor e articular significados de fatos históricos próximos, considero ser indispensável uma caracterização inequívoca dos fundamentos teóricos que sustentam esse discurso. Caso contrário, corre-se o duplo risco de não ultrapassar uma história factual, como já mencionado, e/ou produzir uma escrita contraditória, incoerente e descolada da realidade que se deseja interpretar.

Finalmente, do ponto de vista metodológico, é indispensável que, na elaboração dessa escrita da história, como, aliás, na de qualquer outra, os múltiplos sujeitos históricos intervenientes na produção dos acontecimentos tenham sua voz registrada, a partir de procedimentos bem estabelecidos e adequados às suas peculiaridades. Esses procedimentos,

bem como a escolha de uma sistemática de construção da narrativa que os articule consistentemente, poderão evitar que seja produzida, mesmo que pelo avesso, uma história distorcida, unilateral ou parcial, calcada apenas na atuação de uma reduzida parcela dos agentes sociais em presença.

A partir da identificação dessas questões, senti a necessidade de reorientar a pesquisa, que assume um matiz nitidamente teórico, no sentido da proposição e defesa de uma- dentre várias possíveis- fundamentação suficientemente consistente para assegurar a uma narrativa histórica sobre a educação superior brasileira, na duração originalmente escolhida, o grau de densidade necessário para o desempenho de seus propósitos: permitir uma compreensão dos acontecimentos focalizados e, a partir dela, uma vez que se trata de um trabalho de história de tempo recente/presente, a capacidade de visualizar as possibilidades futuras do ente sob investigação, tendo em vista suas potencialidades históricas no presente. Ou seja, delinear, de modo inequívoco, réguas, compassos e relógios (isto é, um referencial) necessários à construção dessa narrativa.

Conforme já assinalado- acredito que de modo bastante enfático-, a fundamentação que se busca elaborar, é instituída, essencialmente, a partir de três dimensões, nuclearmente indispensáveis: a epistemológica, a teórica e a metodológica. Pelo papel que se espera que venha a desempenhar- suporte para a reflexão e, simultaneamente, referencial para seleção e tratamento de dados empíricos-, passarei, de agora em diante, a designar a construção aqui proposta como uma perspectiva de abordagem. Ela será configurada por intermédio da explicitação das características de suas dimensões nucleares e das mútuas articulações entre elas.

O processo de construção da perspectiva de abordagem que conforma o presente trabalho encontra suas bases em duas vertentes:

- por um lado, na evidência da presença de uma multitemporalidade (diacronismo) em qualquer contexto histórico que seja tomado como foco de investigação, conforme exaustivamente assinalado por Fernand Braudel ao longo de sua obra (cf BRAUDEL: 1983, 1992a e 1992b);

- por outro, levando-se em consideração que os entes em foco para sua utilização são a produção e a socialização do conhecimento- cerne das atividades desenvolvidas na educação superior-, no Brasil, a partir de 1968, na necessidade de estabelecer, simultaneamente, as particularidades e os nexos entre as três dimensões já anteriormente identificadas como nucleares, com o propósito de assegurar a coerência da perspectiva de abordagem a ser aqui enunciada.

No que tange à primeira vertente, a percepção dessa evidência, bastante detalhada, exibida por Braudel a partir de uma sistematização especificamente elaborada para o quadro histórico sob observação, está presente já em **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II** (BRAUDEL: 1983), sua tese de doutorado, orientada por Lucien Febvre. Nos prefácios propostos para as primeira, segunda e terceira edições (id., pp. 21-29, vol. I), assim como nos textos introdutórios das três partes (id., pp. 33-34, vol. I; pp. 399-400, vol. I; pp. 273-274, vol.II) - *O Meio, Destinos Coletivos e Movimentos de Conjunto e Os Acontecimentos, a Política e os Homens*- nas quais a obra se divide, torna-se nítido, do ponto de vista do tempo, o olhar de Braudel para aquele contexto histórico: será sempre necessário examiná-lo por intermédio de seus vínculos de longa(estruturais), de média(conjunturais) e de curta(eventuais) duração, articulando esses três olhares.

Além disso, faz-se necessário registrar que, na diversidade contida em seus escritos posteriores- de e sobre história-, um dos objetos da atenção de Fernand Braudel foi a questão da multicausalidade na História (cf BRAUDEL: 1992a, p. 22). Para ele, o pleno atendimento das exigências dela derivadas, na perspectiva de evitar uma visão monocausal historicista/ mecanicista, demandava a superação da história dos eventos/acometimentos, do individual para atingir o plural, o coletivo. Tal procedimento, segundo ele, leva à valorização da categoria civilização, que passa de pano de fundo a protagonista- em si e por si- da História (id., pp. 24-25).E é a partir da eleição da civilização como

categoria central para os escritos históricos que se impõe a necessidade de uma percepção multitemporal da História, qualquer que seja o contexto histórico sob exame.

Desse modo, segundo Braudel, a multitemporalidade configura-se como uma **dialética da duração**, uma oposição entre o instante e o tempo lento, detectada pela História- esta é sua grande contribuição para o crescimento de todas as ciências do homem-, em vigência no passado, no presente e, muito provavelmente, no futuro (BRAUDEL: 1992b, p. 43).

O tratamento da segunda vertente, que tem como propósito a caracterização das singularidades e dos aspectos comuns das já mencionadas dimensões nucleares da perspectiva de abordagem, busca, inicialmente, verificar se é possível, como no caso das temporalidades históricas, estabelecer algum tipo de hierarquia entre epistemologia, teoria e metodologia.

Ainda que atento, a fim de evitar os etapismos e reconhecer as mútuas interpenetrações, considero ser pertinente a proposição de uma escala, também articulada à categoria tempo, bem como à questão da relação entre a realidade e o conhecimento.

Na perspectiva por mim adotada para caracterizar o processo de produção do conhecimento, o movimento inicial, de tomar contato imediato com a realidade (fonte dos elementos a serem incorporados à base empírica e objeto de representação pelo conhecimento), pressupõe uma forma (ou formas) de aproximação e critérios de escolha, ou seja, método(s).

Posteriormente, sem que isto implique, obrigatoriamente, na interrupção do movimento de contato (pelo contrário, a preservação permanente desse contato é que irá assegurar o fluxo contínuo de novos elementos, indispensáveis à ampliação da base empírica), o conjunto de informações coletado- efetiva e potencialmente- torna-se alvo de uma reflexão que tem como propósitos, entre outros, delinear possibilidades interpretativas, confrontá-las e, ainda, promover o aperfeiçoamento da(s) forma(s) de aproximação do real, por exemplo. Isto é, uma reflexão no campo da teoria.

Além disso, essa própria reflexão, mantida viva e enriquecida por seus desdobramentos sobre o contato do investigador com a realidade, deverá, no sentido da consolidação de suas consistência e coerência, ser sistematizada, na perspectiva de integrar-se (ou servir de suporte para outro(s), novo(s)) a um discurso (ou discursos) sobre o conhecimento, ficando, assim, configurada a dimensão epistemológica.

E, desse modo, ao meu ver, por suas próprias naturezas e especificidades, fica delineada, também, uma escala de tempo para as ações do investigador, mencionadas acima: a incorporação e o tratamento metodológicos de cada um dos elementos da base empírica abrangem um intervalo de tempo geralmente menor do que aquele ao longo do qual as reflexões teóricas permanecem estáveis, que, por sua vez, é menor que o período de validade das sistematizações epistemológicas.

Tendo em vista estarmos lidando com o conhecimento- neste caso, histórico, especificamente- ou seja, com um discurso de representação do real- e, também, de produção de uma nova realidade, pela interlocução que se processa entre ele e a realidade pré-existente-, é preciso ter em mente que esse discurso expressa concepções, idéias.

É exatamente nessa perspectiva que vale a pena resgatar um debate introduzido por alguns dos integrantes da chamada terceira geração da Escola dos “Annales” (cf, por exemplo, LE GOFF&NORA: 1976), sucessora daquela que tem justamente Fernand Braudel como liderança mais destacada.

Em seus escritos, esses historiadores, ao se debruçarem sobre as idéias, o(s) imaginário(s) presente(s) no contexto histórico que investigam, desenvolvem uma aproximação que, por rejeitar a subsunção das idéias ao recorte de classe social, nitidamente, opõe-se ao tratamento- utilizado, principalmente, por historiadores de filiação marxista- que escolhe para categoria central de análise a **ideologia**. E, nessa perspectiva, lançam mão do conceito de **mentalidade**,

capaz, segundo eles, de exprimir, por um lado, a autonomia das idéias e, por outro, uma característica residual, de longa duração, do referido contexto; portanto, integrante do ideário de diversos sujeitos históricos nele presentes e, de alguma forma, menos permeável às mudanças.

Aquilo que considero ser a proposição central desta pesquisa é, exatamente, oriundo de uma reflexão realizada no sentido de articular as considerações apresentadas acima. O trecho subsequente busca reproduzir o percurso feito para que se tornasse possível atingir a formulação da referida proposição central.

Foram tomadas como elementos nucleares para essa reflexão o componente de permanência contida no conceito de **mentalidade**, bem como a sua facilidade de trânsito através dos diversos agentes sociais, individuais ou coletivos, ambas já mencionadas anteriormente. Ora, se essas características instituem a **mentalidade**, é possível visualizá-la, expandindo sua abrangência e levando em conta sua natureza cumulativa- sem menosprezar, é claro, as descontinuidades e contradições, com certeza existentes no seu interior- como matriz e substrato, dotado de estabilidade, para o conhecimento potencial e efetivo, associado a um dado contexto histórico. Nesse conhecimento referido, encontra-se claramente incluída a diversidade possível de perspectivas de reflexão e sistematização sobre o/do próprio conhecimento, ou seja, as fontes para a(s) epistemologia(s), a ser(em) elaborada(s) pelos sujeitos sociais com essa função precípua, os intelectuais, a partir da sedimentação presente na **mentalidade**. E é desse modo, com o suporte adicional fornecido pela **mentalidade**, além daquele integrante das considerações precedentes, que acredito ser possível estabelecer uma associação entre epistemologia e longa duração.

Desde já, gostaria de assinalar que não se está aqui adotando, “*a priori*”, a mesma concepção de autonomia das idéias em relação às bases materiais da sociedade, que está subjacente ao enunciado original da categoria **mentalidade**. Considero que essa questão é merecedora de aprofundamento. No trabalho de tese, em espaço específico, ela é tratada de forma mais detalhada, bem como será tentada uma abordagem mais substancial das relações entre **mentalidade** e **ideologia**- buscando, inclusive, perceber as nuances relativas ao componente temporal (como se coloca o problema da duração, em cada caso).

Os passos subsequentes nessa construção são dados quando, a partir da associação estabelecida acima, busca-se verificar se é possível propor nexos- e de que natureza-, guardadas as devidas peculiaridades, que articulem a epistemologia, a teoria e a metodologia, elementos que compõem o trio definidor da fundamentação de uma escrita da História, tomando-se como referência aqueles que expressam as relações entre os constituintes da tríade vinculada ao tempo histórico- que abrange, além da estrutura, a conjuntura e o acontecimento. Vale ressaltar que, no caso da História, os elementos oriundos da base empírica, os acontecimentos, constituem exatamente a matéria-prima para a construção dos fatos históricos.

Do meu ponto de vista, considero não apenas possíveis mas, mesmo, necessárias as articulações referidas para o ofício do historiador. Se, por um lado, estruturas exigem a formulação de epistemologias que as justifiquem (em sentido amplo, inclusive para sua crítica e transformação), por outro, conjunturas não podem prescindir de teorias que lhe confirmem inteligibilidade (seja na perspectiva de sua continuidade, seja na de sua superação) e, ainda mais, acontecimentos demandam metodologias como instrumentais indispensáveis à sua apropriação ( nela incluídas as possibilidades de seus desdobramentos).

Assim, se, por um lado, as particularidades de cada uma das três dimensões nucleares da perspectiva de abordagem ainda não estão claramente delineadas, por outro, os nexos propostos para articulá-las ficam, desde já, caracterizados: eles são de natureza similar aos que interligam as três modalidades da temporalidade histórica

Mais ainda, cada uma das dimensões está relacionada, especificamente, com uma das modalidades: à estrutura corresponde a epistemologia, à conjuntura, a teoria, e ao acontecimento, a metodologia.

### **Referências Bibliográficas**

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Lisboa, Portugal: Martins Fontes, 1983, 2 V.

\_\_\_\_\_ Posições da História em 1950, in **Escritos sobre a História**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1992, pp. 17-38.

\_\_\_\_\_ História e Ciências Sociais. A Longa Duração, in **Escritos sobre a História**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1992, pp. 41-78.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História. 1. Novos problemas; 2. Novos objetos; 3. Novas abordagens**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1976, 3 V.

NÁDER, Alexandre A.G. Educação superior no Brasil a partir de 1968: a desconstrução do paradigma universitário (pré-projeto de tese de doutoramento apresentado na seleção 1999/2000 do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco). João Pessoa, PB: mimeo, 1999.